

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

DP World lança plataforma digital de serviços

A operadora portuária DP World lançou sua plataforma digital de serviços na última segunda-feira. A ferramenta permitirá a contratação de serviços multimodais em todo o globo.

PORTO & MAR

Estudos de privatização serão entregues em 2021

BNDES avaliará se desestatização de Santos incluirá S. Sebastião

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Até o primeiro trimestre do ano que vem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve divulgar os primeiros estudos para a privatização da Autoridade Portuária de Santos, novo nome da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp. O projeto vai definir, entre outras coisas, se o processo de desestatização vai incluir, também, o Porto de São Sebastião, localizado no Litoral Norte do Estado.

A privatização da administração do Porto entrou no radar do governo no início do mandato do presidente Jair Bolsonaro. As operações do cais santista já estão sob o controle da iniciativa privada desde 1993. Agora, o plano prevê a desestatização para a garantia de um aumento de eficiência no complexo.

Os estudos que serão realizados pelo BNDES, após contrato firmado na semana passada com o Ministério da Infraestrutura, contemplam a definição da modelagem de desestatização ou de desinvestimento

mais adequada. Segundo a pasta federal, serão avaliadas as vantagens e as desvantagens de uma única outorga para o conjunto formado pelos portos de Santos e de São Sebastião (este, atualmente administrado pelo Estado) ou de duas outorgas com controladores independentes, uma para cada complexo marítimo.

O projeto também inclui a elaboração dos trâmites necessários para a realização da licitação dos portos de Santos e de São Sebastião, além de apoio na execução da avaliação econômico-financeira dos complexos marítimos, na modelagem de desestatização ou de desinvestimento e na formatação final do projeto.

A equipe responsável pelos estudos será composta

por funcionários de carreira do BNDES com experiência em projetos de desestatização e desinvestimento. O banco também deve contratar consultores de mercado para análises específicas.

Profissionais do Ministério da Infraestrutura, do Ministério da Economia e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também estão na lista de participantes do processo de desestatização, assim como membros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e da própria Autoridade Portuária de Santos.

O processo é longo. A previsão é de que o leilão da estatal seja realizado em 2022.

Para o PPI, o projeto de desestatização se justifica, pois a participação da iniciativa privada é uma alternativa viável para “a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da eficiência operacional, a garantia da regularidade e o provimento e manutenção da capacidade portuária adequada através de investimentos e melhores prática de gestão”.